

P O D E R J U D I C I Á R I O
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº:	1005570-13.2014.8.26.0566
Classe - Assunto	Procedimento Comum - Obrigações
Requerente:	TRA CONSULTORIA EM GESTÃO E FRANCHISING LTDA (MULTIPLAY TREINAMENTOS LTDA.)
Requerido:	JRA CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL e outro

TRA CONSULTORIA EM GESTÃO E FRANCHISING LTDA (MULTIPLAY TREINAMENTOS LTDA.) ajuizou ação contra JRA CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL E OUTRO, pedindo a condenação da ré ao pagamento de indenização por danos materiais, bem como para que se abstenha de utilizar a marca Multiply Consultoria em qualquer domínio da internet. Alegou, para tanto, que seu sócio majoritário Thiago Ricardo Alves da Silva possuía um acordo verbal para a prestação de serviços com a ré, sendo esta representada por Rogério Saffi Melo, sócio da Empresa JRA Consultoria e Assessoria Empresarial, este possuidor do registro do domínio Multiply Consultoria Empresarial. Sustenta a autora que, no final do ano de 2013, houve uma desavença com a ré, fato que causou o rompimento da parceria comercial. Assim, decidiu criar sua própria página de internet, denominada Grupo Multiply Consultoria, a qual possuía o *layout* e informações de contato, enquanto realizava tratativas com o réu para transferir o domínio da página Multiplay Consultoria para si. Aduz a autora que os réus passaram a utilizar o domínio da página Multiply Consultoria para desviar os clientes da mesma, pois ao acessar a página supramencionada, o endereço é desviado para o site www.Saffi.Com.Br sendo responsável pela mesma o co-réu Rogério Saffi Mello aonde estão presentes os mesmos Layout da página da autora para

P O D E R J U D I C I Á R I O**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

a venda de serviços da mesma natureza, ou seja de franquias no mercado de consultoria empresarial. Sustenta, ainda, que diante desse impasse vem sofrendo diversos prejuízos causados à sua marca e imagem empresarial, sendo necessário socorrer-se ao judiciário para ter seus direitos resguardados.

Citada, a ré pugnou em preliminar a falta de interesse processual. No mérito, sustentou que ela era a detentora do domínio da página ora discutida, e que tal situação era de conhecimento da autora, pois a mesma criou outra página de internet, não tendo que se falar em desvio de clientela ou má-fé da mesma. Advogou, ainda, a inexistência de danos materiais.

Houve réplica.

Foi designada audiência de tentativa de conciliação, que se restou infrutífera.

Na decisão de saneamento, foi repelida a preliminar de carência de ação e deferido a produção de prova testemunhal.

Na audiência de instrução e julgamento, foram ouvidas duas testemunhas. Encerrada a instrução processual, as partes reiteram suas teses e pedidos iniciais.

Em apenso tramita ação cautelar inominada ajuizada pela autora em desfavor da ré, na qual foi concedida liminar determinando que a ré se abstenha de utilizar o domínio do site www.multiplayconsultoria.com.br, bem como que promova a retirada de qualquer conteúdo e a descaracterização de todas as páginas de domínios de sua propriedade. Após a citação e defesa da ré, este juízo determinou o apensamento daquele feito nestes autos para julgamento conjunto.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

É o relatório.

Fundamento e decido.

Talita Zuffo prestou depoimento de pouca ou nenhuma utilidade (fls. 164), pois limitou-se a relatar o que ouviu do próprio representante legal de sua empregadora, a autora.

Eduardo Dotto Martucci, profissional da área de tecnologia da informação e marketing digital, afirmou em juízo que prestou serviços para a empresa Saffi Consultoria e, em razão deles, desenvolveu a marca e o site "multiply", entre 2013 e 2014. Nessa época, Tiago, representante legal da autora, era empregado da Saffi. Multiply entrou no mercado com o mesmo *know-how*. Ele, Eduardo, recebia honorários do próprio Rogério, sócio de Saffi, e reportava-se a ele a respeito do trabalho. Tiago participava de algumas reuniões (fls. 165).

Existe um e-mail remetido por Michelle Ienco Saffi Mello, para funcionário do Banco Unibanco, explicando que Multiply *não tem nada a ver com a Saffi* (fls. 38 do processo em apenso). Esclareceu, também, que TRA não integra o Grupo JRA Consultoria, de Rogério (fls. 37). Michello é mulher de Rogério, o que confere credibilidade à informação, prestada em desfavor dele, sem motivo. Sendo assim, não haveria motivo algum para o domínio "multiplyconsultoria" ser atribuído a JRA Consultoria (fls. 41 do apenso), embora atividade desenvolvida por Eduardo Dotto Martucci e sob orientação de Rogério Saffi (v. Fls. 41), o que se justifica em razão da parceria entre este e Tiago.

Sabe-se do interesse manifestado por Rogério e por Thiago, na constituição de uma nova empresa por este, para explorar um novo segmento

P O D E R J U D I C I Á R I O
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

no mercado, e que houve a contratação de Eduardo, o qual reunia-se com ambas aquelas pessoas para discussão sobre o tema. Acrescente-se a informação da mulher de Rogério, distinguindo as empresas e afirmando taxativamente que *A Multiply é uma cliente da Saffi Consultoria – parceiros* (fls. 34). Logo, não há razão para manter o registro em nome dele, Rogério, ou da Saffi, conforme a própria Michelle expressou em documento (fls. 34).

De rigor, então, o acolhimento da pretensão inicial, da qual decorre, logicamente, também, a obrigação da ré, de indenizar o prejuízo material causado à autora, que ficou impossibilitada de utilizar o domínio e viu surgir confusão no acesso por parte de terceiros interessados, com quem poderia contratar, haja vista o redirecionamento do acesso na rede mundial de computadores para endereço eletrônico diverso, vinculado à ré. É inegável a produção de prejuízo, cuja quantificação será feita em liquidação de sentença.

Diante do exposto, acolho ambos os pedidos, o cautelar e o principal.

Confirmo a tutela de urgência deferida no processo cautelar, impondo aos réus a obrigação de absterem-se da utilização do domínio www.multiplyconsultoria.com.br e do layout do domínio www.grupomultiplyconsultoria.com.br, descaracterizando em suas próprias páginas na rede mundial de computadores a vinculação, sob pena de incidirem em multa diária que estabeleço em R\$ 500,00, reduzindo o valor inicialmente fixado, limitando-a a R\$ 500.000,00, valor que se afigura compatível com o resultado de eventual descumprimento.

Condeno os réus a absterem-se da utilização da mesma marca, Multiply Consultoria ou Multiply em qualquer domínio na internet, bem como a indenizarem a autora pelo prejuízo material decorrente da utilização, conforme se apurar na fase de cumprimento de sentença.

P O D E R J U D I C I Á R I O
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Responderão os réus pelas custas e despesas de ambos os processos, corrigidas aquelas em reembolso, e pelos honorários advocatícios do patrono da autora, fixados em R\$ 5.000,00 no tocante ao processo principal e em R\$ 3.000,00 pelo processo cautelar, adotado o critério de equidade, porque o valor das causas é muito baixo, comparado à natureza da demanda e ao trabalho desenvolvido (Código de Processo Civil, artigo 85, § 8º).

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 28 de abril de 2017.



Carlos Castilho Aguiar França
Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI
11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**